

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 10.

Trabalho escravo ainda faz cerca de 20 mil vítimas no país, diz MPT

O Brasil ainda tem cerca de 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão e os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta. Quem admite a situação é o Ministério Público do Trabalho (MPT) que lançou hoje (27) uma campanha nacional para sensibilizar a sociedade desse problema que persiste mais de um século depois do fim da escravidão no país. A campanha busca atingir empresários, sociedade e trabalhadores por meio de propagandas de TV, rádio e uma cartilha explicativa.

A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação. “A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo. O trabalho escravo não é só o que tem cerceio de liberdade, pode ser psicológico, moral”, explica Débora Tito Farias, coordenadora nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT.

Essa mudança na percepção está levando os órgãos fiscalizadores a encontrar novas situações de trabalho degradante também no meio urbano, como em confecções e na construção civil. A campanha pretende ajudar a sociedade a identificar e denunciar essas práticas. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha. É importante que a sociedade perceba que a comida, o vestido pode ter um componente de trabalho escravo”, afirma o procurador-geral do Trabalho, Otávio Lopes.

Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza. Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadora à condição análoga de escravo. Mais conhecida como lista suja do trabalho, a publicação tem hoje 210 empregadores listados.

Lopes afirma que o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

De acordo com o MPT, as parcerias para qualificação do trabalhador estão sendo firmadas com administrações estaduais e locais, de acordo com a necessidade econômica de cada região.

<http://www.pbagora.com.br>, 27 de maio de 2011

1. Sobre as informações presentes no texto, julgue as seguintes assertivas.

- I. Dados divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) confirmam que o número de trabalhadores em regime de escravidão é exatamente 20 mil no Brasil.

- II. A ausência de liberdade e de comunicação são as únicas características de trabalho escravo campestre e urbano previstas nas atuais leis penais brasileiras.
- III. Segundo o procurador-geral do Trabalho, o consumo de produtos de empresas que não zelam pela proteção de direitos dos trabalhadores concorre para o trabalho em condições degradantes.

Está(ão) **CORRETA**(s):

- A. Apenas I.
B. Apenas III.
C. Apenas I e II.
D. Apenas II e III.
E. I, II e III.

2. Sobre o texto, atente para as afirmações abaixo.

- I. Durante a campanha, a propaganda de TV, de rádio e a cartilha são destinadas respectivamente aos empresários, à sociedade e aos trabalhadores vítimas de jornadas exaustivas de trabalho.
- II. Mudanças de entendimento sobre o trabalho em condição análoga à escravidão, nos últimos anos, contribuíram para a identificação dessa prática no campo e na cidade.
- III. O procurador-geral do Trabalho reconhece que a ausência de políticas de formação para o trabalhador é consequência da reincidência do trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Está(ão) **FALSA**(s):

- A. Apenas a afirmação I.
B. Apenas a afirmação II e III.
C. As afirmações I e II.
D. As afirmações I e III.
E. Todas as afirmações.

3. De acordo com as ideias do texto, analise os itens abaixo:

1. A campanha nacional lançada pelo Ministério Público do Trabalho não só visa promover a educação e a conscientização do empregador, do trabalhador e da sociedade, mas também objetiva a capacitação e ressocialização dos trabalhadores.
2. A pressão da sociedade ainda é um fator determinante para coibir a erradicação do trabalho escravo no Brasil.
3. Nos dias atuais, o Ministério do Trabalho tem um cadastro com aproximadamente 210 empregadores explorando trabalhadores na condição análoga à de escravo.

Está(ão) **VERDADEIRO**(s):

- A. Os itens 1 e 2.
B. Apenas os itens 1 e 3.
C. Apenas os itens 2 e 3.
D. Apenas o item 3.
E. Apenas o item 1.

4. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

Sobre o fragmento acima é **CORRETO** afirmar que:

- A. Todas as orações possuem sujeito oculto.
- B. Há uma oração com sujeito indeterminado.
- C. No predicado da segunda oração, há um objeto direto e indireto.
- D. Os sujeitos das orações podem ser considerados compostos, pois são indicados por verbos flexionados na primeira pessoa do plural.
- E. O sujeito da primeira oração “aquela pessoa” é simples.

5. Leia atentamente os seguintes fragmentos do texto:

- I. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha.”
- II. “(...) o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes.”

As palavras grifadas “muito” e “muitos” são classificadas, respectivamente como:

- A. Advérbio de afirmação e advérbio de intensidade.
- B. Pronome substantivo e pronome definido.
- C. Advérbio de intensidade e pronome indefinido.
- D. Pronome adjetivo e advérbio de afirmação.
- E. Advérbio de quantidade e pronome substantivo.

6. A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo.

Quanto à análise sintática, os termos destacados podem ser classificados, respectivamente como:

- A. Verbo Transitivo, objeto direto e objeto indireto.
- B. Verbo Transitivo, objeto indireto e objeto indireto.
- C. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto indireto.
- D. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto direto.
- E. Verbo Intransitivo, objeto indireto e objeto direto.

7. Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza.

Assinale a opção que apresenta a ideia expressa pela conjunção “segundo” no trecho acima.

- A. Intenção.
- B. Finalidade.
- C. Objetividade.
- D. Causa.
- E. Conformidade.

8. “Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo.”

A opção que justifica o uso da vírgula no fragmento acima é:

- A. Introduz a fala do Ministério do Trabalho.
- B. Marca uma pausa para enfatizar o que é enunciado a seguir.
- C. Separa adjunto adverbial que aparece no início de oração.
- D. Usada para separar uma oração intercalada ou interferente.
- E. Introduz um esclarecimento ou uma síntese do que foi dito anteriormente.

9. “A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação.”

De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a opção que justifica a ausência do acento gráfico no vocábulo ideia.

- A. O ditongo aberto ‘ei’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- B. O ditongo aberto ‘ei’ de palavras oxítonas não é mais acentuado.
- C. O tritongo ‘eia’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- D. Não se acentua mais ‘e’ nas formas substantivas, quando precedido de ‘i’ ou ‘a’.
- E. Não se acentua mais ‘e’ e ‘i’ tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo.

10. (...) os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta

Quanto ao uso da crase, assinale a opção **CORRETA**:

- A. Está incorreto porque o termo regido é uma locução conjuntiva.
- B. Está incorreto porque o termo regente é substantivo feminino.
- C. Está incorreto porque nesse caso a crase é facultativa.
- D. Está correto porque o termo regente exige a preposição ‘a’ e o termo regido admite o artigo ‘a’.
- E. Está correto porque o termo regido é uma locução adverbial de modo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, **EXCETO**:

- A. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

- B. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- D. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- E. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

12. A respeito da liberdade de associação profissional ou sindical, segundo o artigo 8º da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- A. A lei exigirá autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- C. Todos os profissionais serão obrigados a filiar-se ou a manter-se filiados a sindicato.
- D. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E. O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

13. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Constituição Federal, Art. 194)

Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**:

- A. Universalidade da cobertura e do atendimento.
- B. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D. Equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.
- E. Caráter centralizador da gestão administrativa, restringindo a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, de empresários e de aposentados.

14. Assinale a opção **INCORRETA** a respeito das competências do sistema único de saúde preconizadas no Artigo 200 da Constituição Federal.

- A. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- B. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- C. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- D. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

- E. Abster-se do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

15. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O (Artigo 225 da Constituição Federal)

Para assegurar a efetividade do direito apresentado no artigo acima, são incumbências do poder público, **EXCETO**:

- A. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- B. Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- C. Dispensar o estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- D. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- E. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

16. Sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que:

- A. É proibido qualquer trabalho a maiores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.
- C. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- D. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- E. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

17. De acordo com o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que não indica uma garantia para efetivação do dever do Estado com a educação.

- A. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, exclusivamente para os que a ele tiveram acesso na idade própria.
- B. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- C. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- D. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

E. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

18. De acordo com o Decreto 6.629 de 04/11/08, o Projovem é desenvolvido por meio das modalidades Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador. (<http://www.mds.gov.br>)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS é o responsável pela execução e gestão do programa Projovem Adolescente. Este programa é direcionado a jovens com a faixa etária entre:

- A. 12 e 14 anos.
- B. 13 e 14 anos.
- C. 15 e 17 anos.
- D. 20 e 29 anos.
- E. 18 e 29 anos.

19. O Projovem Adolescente integra o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVE. Trata-se de um serviço sócio-educativo de proteção social básica, ofertado aos jovens pelos Centros de Referência de Assistência Social e entidades conveniadas da rede sócio-assistencial. (<http://www.mds.gov.br>)

A respeito do público alvo do Projovem Adolescente, assinale a opção ERRADA.

Para ser beneficiado pelo Projovem Adolescente, são exigidos os seguintes critérios, EXCETO.

- A. Pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
- B. Egressos de medida sócio-educativa de internação ou estejam em cumprimento de outras medidas sócio-educativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- C. Egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 1990.
- D. Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI ou egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual.
- E. Se o jovem completar 18 anos durante a execução das atividades, não poderá continuar no Projovem Adolescente, ficando impossibilitado de completar o Ciclo que estiver incluído.

20. São requisitos exigidos ao Orientador Social, EXCETO:

- A. Escolaridade mínima de ensino médio completo, desejável formação superior em ciências humanas e sociais e boa capacidade relacional e de comunicação com os jovens.
- B. Experiências de atuação em projetos sociais e conhecimento da PNAS - política nacional de assistência social e da política nacional de juventude.
- C. Domínio do estatuto da criança e do adolescente e noções fundamentais de direitos humanos e socioassistenciais.

D. Sensibilidade para as questões sociais e da juventude e capacidade de trabalho em equipe.

E. Desconhecimento da realidade do território de atuação e limitação de domínio básico de informática, no nível de usuário.

21. O desligamento do jovem do serviço do Projovem Adolescente será realizado nas seguintes situações:

- A. Antes mesmo da conclusão do ciclo de atividades (ano) que estiver cursando, ao completar 18 anos de idade.
- B. Cumprimento do compromisso de matrícula e frequência escolar.
- C. Cumprimento do compromisso de frequência mensal mínima às atividades do Projovem Adolescente.
- D. Cumprimento das normas de convivência.
- E. Desistência do jovem, comunicada ao serviço sócio-educativo e abandono das atividades, por motivo de força maior, incluindo-se mudança de endereço, doença, óbito do jovem e outros fatores impeditivos da liberdade de ir e vir.

22. Quanto aos compromissos dos jovens inseridos no Projovem Adolescente, analise os itens abaixo como verdadeiros(V) ou falsos(F).

- I. Matricular-se e garantir a frequência escolar mínima de 60% para os jovens de 15 anos e de 50% para os jovens de 16 e 19 anos, monitorada pelo sistema educacional, em conformidade com as condicionalidades do Programa Bolsa Família.
- II. Frequência mensal mínima de 70% nas atividades do Projovem Adolescente, monitorada pelo SUAS.
- III. Respeito às normas de convivência do serviço sócio-educativo a serem pactuadas com os jovens no momento da implantação dos coletivos.

A sequência CORRETA é:

- A. F, V e V
- B. V, F e V
- C. V, V e V
- D. F, F e V
- E. V, V e F

23. Sobre o Projovem Adolescente é INCORRETO afirmar que:

- A. Os imóveis destinados à instalação das bases físicas dos coletivos do Projovem Adolescente - Serviço Sócio-educativo deverão exibir em local visível ao público, junto à sua entrada, placa indicativa de funcionamento do serviço sócio-educativo.
- B. O processo de admissão dos jovens não deve seguir formalidades, pois não é obrigatória a autorização, por escrito, de um dos pais ou responsável legal e nem o cadastramento do jovem no Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente – SISJOVEM.
- C. Nos casos em que a oferta do Serviço não for feita no CRAS é necessário que o serviço seja oferecido em locais de território de abrangência do CRAS e ser, necessariamente, referenciado ao Centro.

- D. As famílias dos jovens devem ser incluídas nas ações e serviços que compõem o PAIF, especialmente na acolhida, acompanhamento familiar, atividades coletivas/comunitárias e encaminhamento e articulação intersetoriais (entre os órgãos da educação, saúde, meio ambiente, trabalho, esporte e cultura).
- E. O preenchimento das vagas do Projovem Adolescente é de responsabilidade intransferível do município e do Distrito Federal e deverá ser coordenado pelo órgão gestor da assistência social.
24. Sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público. (Caderno do Orientador Social)

Sobre a concepção e as diretrizes metodológicas das ações socioeducativas do Projovem Adolescente, assinale a opção que indica o eixo estruturante a que o texto acima faz referência.

- A. A Convivência Social.
B. A Participação Cidadã.
C. O mundo do trabalho.
D. Inclusão Digital.
E. Pluralidade Juvenil.
25. Para assegurar as dimensões metodológicas na implementação das ações socioeducativas e para que de fato contribuam para o desenvolvimento dos jovens, há um conjunto de Princípios que deve orientar o relacionamento dos profissionais do Serviço Socioeducativo com os jovens. (Caderno do Orientador Social)
- Assinale a opção que **NÃO** condiz com os princípios que orientam o relacionamento dos profissionais do Serviço Socioeducativo com os jovens.
- A. A corresponsabilidade e a participação dos jovens no planejamento, na execução, na avaliação e sistematização das ações socioeducativas.
B. A valorização do saber e da vivência dos jovens como o ponto de partida das ações socioeducativas.
C. A articulação entre os projetos pessoais e coletivos, entre o privado e o público, o local e o global, o particular e o geral como condições de ampliar e qualificar as experiências individuais e coletivas.
D. O arrefecimento do protagonismo e da autonomia dos jovens.
E. A reflexão crítica e permanente sobre os preconceitos e discriminações em relação às questões de gênero, etnia, culturas, religiões, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, condições físicas, mentais e cognitivas.

RASCUNHO